



São Paulo, 03 de outubro de 2018.

O presidente dos Estados Unidos publicou uma nova proclamação autorizando o Secretário de Comércio a estabelecer um procedimento de exclusão para países afetados pelas quotas norte-americanas de importação de aço e alumínio. A medida insere-se no contexto das restrições às importações adotadas por motivos de segurança nacional ("Section 232").

Até o momento, somente as importações originárias de países afetados pelas sobretaxas podiam ser objeto de pedidos de exclusão. Países que haviam negociado quotas, por outro lado, embora beneficiados pela isenção da cobrança da sobretaxa, estavam impedidos de exportar para os Estados Unidos nos casos em que os limites acordados fossem preenchidos.

Com a nova decisão presidencial, empresas norte-americanas poderão solicitar que determinados artigos sejam excluídos das restrições quantitativas aplicáveis às importações de aço originárias da Argentina, do Brasil e da Coreia do Sul, bem como de alumínio da Argentina. Vale ressaltar que, atualmente, no caso das quotas envolvendo produtos siderúrgicos originários do Brasil, 17 das 54 categorias aplicáveis ao país tiveram seu limite máximo atingido.

De acordo com as novas regras publicadas, a solicitação de exclusão para os países afetados por quotas poderá ocorrer de duas maneiras, conforme indicado a seguir.

CENÁRIO I: EXCLUSÃO DA QUOTA, SEM PAGAMENTO DE SOBRETAXA

Tal como já ocorria nos casos envolvendo países que, embora afetados pelas sobretaxas, não possuíam restrições quantitativas nas exportações destinadas aos Estados Unidos, a exclusão em relação à quota poderá ser autorizada pelo governo norte-americano se:

1. Houver produção insuficiente de determinado artigo de aço;
2. Inexistir o fornecimento destes produtos com qualidade satisfatória;
3. Forem consideradas as questões específicas relacionadas à segurança nacional.

Os peticionários deverão ser capazes de fornecer informações que amparem o pedido de exclusão em relação à quota. Tais empresas poderão indicar, por exemplo, que o aço importado não está disponível nos Estados Unidos e que o eventual preenchimento da quota irá impedi-las de obter o aço requerido.

Eventuais exclusões concedidas mediante o atendimento destes critérios não deverão ser objeto de cobrança de sobretaxas, mantendo-se somente a alíquota do imposto de importação normalmente incidente sobre o produto em tela.

• **NOVO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:** o procedimento administrativo para solicitação de exclusão também foi atualizado (a última mudança das diretrizes para pedidos de exclusão havia sido promovida em março de 2018). As novas regras, que podem ser objeto de comentários até o dia 13 de novembro de 2018, aplicam-se a todos os pedidos de exclusão capazes de atender às três condições elencadas acima.

Dentre as principais atualizações do procedimento de exclusão, destacam-se: adição de procedimentos de réplica e tréplica associados às manifestações e objeções; detalhamento dos critérios adotados para análise dos pedidos de exclusão e das objeções; estabelecimento de processo expedito de análise para pedidos de exclusão que atendam a critérios específicos e não sofram objeções; disponibilização de guias e orientações destinadas a auxiliar os produtores no adequado preenchimento de pedidos de exclusão; nova regra relativa ao período de retroatividade das exclusões concedidas; estabelecimento formal dos requisitos necessários para a proteção de informações comerciais confidenciais (Business Protected Information - BPI).

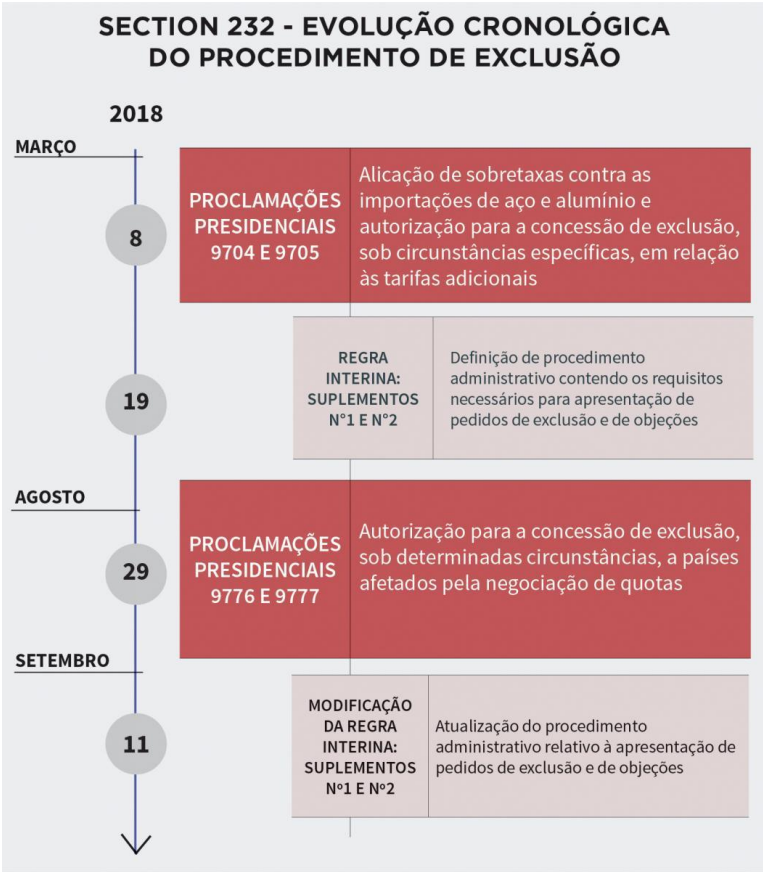
CENÁRIO II: EXCLUSÃO DA QUOTA, COM PAGAMENTO DE SOBRETAXA

Em determinadas circunstâncias, marcadas pela existência de contratos prévios de compra e venda, a exclusão em relação às quotas de aço também poderá ser concedida de forma expedita. Nestes casos, contudo, os produtos somente poderão ser importados após o pagamento das sobretaxas aplicáveis aos produtos em tela (25%). Além disso, os seguintes critérios devem ser atendidos:

- 1. A solicitante da exclusão deve ter celebrado contrato escrito relacionado à produção e remessa do artigo de aço, com data anterior a 08 de março 2018;
- 2. Tal contrato deve especificar a quantidade de artigo de aço a ser produzido e enviado para os Estados Unidos, segundo cronograma previamente estabelecido;
- 3. Os artigos contratados serão utilizados na construção de instalações nos Estados Unidos, não tendo sido possível obtê-los de um fornecedor local norte-americano dentro das especificações estabelecidas no cronograma e celebradas no contrato;
- 4. Os pagamentos realizados em sintonia com o contrato devem constituir até 10% do custo da instalação em construção;
- 5. A ausência da exclusão interromperá ou atrasará significativamente a instalação em construção nos Estados Unidos.

Neste segundo cenário, o pedido de exclusão deve ser apresentado mediante o preenchimento e encaminhamento de formulário. Caso a solicitação seja aceita, as empresas demandantes deverão reportar a aduana norte-americana, nos termos solicitados, a quantidade dos produtos importados sob o procedimento de exclusão. Além disso, o montante importado não poderá exceder, até 31 de março de 2019, a quantidade especificada no contrato previamente indicado. Se tais critérios forem descumpridos, o governo norte-americano poderá revogar qualquer exclusão concedida.

A figura a seguir sumariza as mudanças relativas à evolução cronológica do processo de exclusão do *Section 232*.



Elaboração: Derex/Fiesp

Cumprir destacar que, diferentemente do Brasil, um conjunto de países foi afetado pelas tarifas adicionais norte-americanas, aplicando contramedidas em relação às importações originárias dos Estados Unidos. Nesse contexto, uma [Nota Técnica](#) foi elaborada pelo Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) contendo detalhes a respeito do escopo e da vigência destas iniciativas.

Área de Defesa Comercial

Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex)
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)